

**Atena**  
Editora  
Ano 2021

**DIREITO,  
POLÍTICA e  
SOCIEDADE**

**Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos**  
(Organizador)

**DIREITO,  
POLÍTICA e  
SOCIEDADE**

**Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos**  
(Organizador)

**Editora chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Editora executiva**

Natalia Oliveira

**Assistente editorial**

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto gráfico**

Camila Alves de Cremona

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

**Imagens da capa**

iStock

**Edição de arte**

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso  
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

**Diagramação:** Camila Alves de Cremo  
**Correção:** Mariane Aparecida Freitas  
**Indexação:** Amanda Kelly da Costa Veiga  
**Revisão:** Os autores  
**Organizador:** Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

D598 Direito, política e sociedade / Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-755-7

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.557210612>

1. Direito. I. Vasconcelos, Adaylson Wagner Sousa de (Organizador). II. Título.

CDD 340

**Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166**

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

## DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

## APRESENTAÇÃO

Em **DIREITO, POLÍTICA E SOCIEDADE**, coletânea de vinte e cinco capítulos que une pesquisadores de diversas instituições, congregamos discussões e temáticas que circundam a grande área do Direito a partir de uma ótica que contempla as mais vastas questões da sociedade.

Temos, no presente volume, três grandes grupos de reflexões que explicitam essas interações. Neles estão debates que circundam estudos em criminologia e direito penal; estudos em direito constitucional; além de outros temas em direito, política e sociedade.

Estudos em criminologia e direito penal traz análises sobre execução de sentença estrangeira, execução penal, execução provisória, mediação penitenciária, justiça restaurativa, violência, depositário infiel e educação em ambiente carcerário.

Em estudos em direito constitucional são verificadas contribuições que versam sobre marcas cronotópicas, direito ao esquecimento, independência dos poderes, orçamento e *lockdown*.

No terceiro momento, outros temas em direito, política e sociedade, temos leituras sobre combate a corrupção, estado de exceção e sua regulação na realidade mexicana, além de *cyberbullying*, tecnologia, vulneráveis, feminino, migrantes, violência obstrétrica, superendividamento, teletrabalho, filosofia do direito e educação jurídica.

Assim sendo, convidamos todos os leitores para exercitar diálogos com os estudos aqui contemplados.

Tenham proveitosas leituras!

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 1**

A EXECUÇÃO DE SENTENÇA ESTRANGEIRA: PROCESSAMENTO NO DIREITO BRASILEIRO

Edimar Carmo da Silva

William Teodoro da Silva Filho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5572106121>

### **CAPÍTULO 2..... 15**

O PAPEL DO DIREITO PENAL, PROCESSO PENAL E DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL NO SISTEMA PUNITIVO

Mário de Oliveira Melo Junior

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5572106122>

### **CAPÍTULO 3..... 17**

EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA E O PRINCÍPIO DA INOCÊNCIA NO BRASIL

Bruno Rafael Alves Aguiar

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5572106123>

### **CAPÍTULO 4..... 31**

MEDIAÇÃO PENITENCIÁRIA: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O SISTEMA PRISIONAL

Ariane Trevisan Fiori

Thiago Alves Miranda

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5572106124>

### **CAPÍTULO 5..... 42**

A JUSTIÇA RESTAURATIVA: UMA REFLEXÃO QUANTO À REPARAÇÃO DO DANO E À APLICABILIDADE DESSE SISTEMA NO BRASIL

Luiz Felipe Radic

Samuel Lopes Nunes Soares Santana

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5572106125>

### **CAPÍTULO 6..... 49**

VIOLÊNCIA CONTRA MULHER NA ESCRITA JORNALÍSTICA E EM PROCESSOS CRIMINAIS DO SUDESTE DA AMAZÔNIA LEGAL

Marilza Sales Costa

Pamela Eliane Ciqueira Santos

Márcio Antônio Rodrigues dos Reis

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5572106126>

### **CAPÍTULO 7..... 64**

PRISÃO DO DEPOSITÁRIO INFIEL NA ESFERA PENAL: UMA ANÁLISE DO PRECEITO PRIMÁRIO DO CRIME DE APROPRIAÇÃO INDÉBITA À LUZ DA SÚMULA VINCULANTE 25 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DE NORMAS INTERNACIONAIS

Ronaldo Boanova da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5572106127>

**CAPÍTULO 8..... 75**

O DIREITO À EDUCAÇÃO EM AMBIENTE CARCERÁRIO: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL (LEI 7.214/84) E DA NOTA TÉCNICA Nº14/2020/COECE/CGCAP/DIRPP/DEPEN/MJ

Francisco Davi Nascimento Oliveira  
Dayane Reis Barros de Araújo Lima  
Juliana Darah Campos Cansanção  
Hérison Fernando Sousa  
Hilziane Layza de Brito Pereira Lima  
Romézio Alves Carvalho da Silva  
Giulia Mattza Torres Oliveira de Assunção

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5572106128>

**CAPÍTULO 9..... 88**

MARCAS CRONOTÓPICAS NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988: CONSIDERAÇÕES SOBRE SUAS MATRIZES ESPAÇOTEMPORAIS

Alex Sandro Teixeira da Cruz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5572106129>

**CAPÍTULO 10..... 107**

A INCONSTITUCIONALIDADE DO DIREITO AO ESQUECIMENTO: UMA ANÁLISE DA DECISÃO ADOTADA PELO STF NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.010.606/RJ

Francisco Davi Nascimento Oliveira  
Dayane Reis Barros de Araújo Lima  
Hilziane Layza de Brito Pereira Lima  
Hérison Fernando Sousa  
Romézio Alves Carvalho da Silva  
Giulia Mattza Torres Oliveira de Assunção

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.55721061210>

**CAPÍTULO 11..... 119**

ANÁLISE PRINCIPOLÓGICA DA INDEPENDÊNCIA DOS PODERES NA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO DE PESSOAL NA PROPOSTA DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO PODER JUDICIÁRIO E DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

Sergio Bruno Aguiar Ursulino  
Antônio de Moura Borges

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.55721061211>

**CAPÍTULO 12..... 135**

LOCKDOWN: ASPECTOS LEGAIS E CONSTITUCIONAIS

Rodrigo Dias Cardôzo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.55721061212>

<b>CAPÍTULO 13.....</b>	<b>145</b>
CONSIDERACIONES EN TORNO AL COMBATE A LA CORRUPCIÓN EN MÉXICO DESDE EL PARADIGMA DEL GOBIERNO ABIERTO	
Miguel Angel Medina Romero	
Josué Daniel Aguilar Guillén	
Alejandro Bustos Aguilar	
Rodrigo Ochoa Figueroa	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.55721061213">https://doi.org/10.22533/at.ed.55721061213</a>	
<b>CAPÍTULO 14.....</b>	<b>160</b>
LOS ESTADOS DE EXCEPCIÓN Y SU REGULACIÓN EN MÉXICO: ¿UNA RESPUESTA JURÍDICA A LAS PANDEMIAS GLOBALES (COVID-19)?	
Pablo Latorre Rodríguez	
Jorge Humberto Vargas Ramírez	
Daniel Octavio Valdez Delgadillo	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.55721061214">https://doi.org/10.22533/at.ed.55721061214</a>	
<b>CAPÍTULO 15.....</b>	<b>167</b>
CYBERBULLYING E O DIREITO BRASILEIRO	
Jonas Rodrigo Gonçalves	
Lívia Rebeca Gramajo Oliveira	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.55721061215">https://doi.org/10.22533/at.ed.55721061215</a>	
<b>CAPÍTULO 16.....</b>	<b>173</b>
REDES, COLETIVOS E TECNOLOGIAS DE MONITORAMENTO: NOVAS DINÂMICAS DO COLETIVO E NOVAS FORMAS DE CONTROLE NA ERA DAS REDES	
Adriana Pessôa da Cunha	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.55721061216">https://doi.org/10.22533/at.ed.55721061216</a>	
<b>CAPÍTULO 17.....</b>	<b>184</b>
RESOLUÇÃO DE CONFLITOS <i>ON-LINE</i> : A CULTURA DO CONSENSO ALIADA À TECNOLOGIA	
Aline Letícia Ignácio Moscheta	
Amerita de Lázara Meneguucci Geronimo	
Maria Fernanda Stocco Ottoboni	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.55721061217">https://doi.org/10.22533/at.ed.55721061217</a>	
<b>CAPÍTULO 18.....</b>	<b>199</b>
A IMPORTÂNCIA DA PROTEÇÃO JURÍDICA DO GÊNERO FEMININO INDEPENDENTE DE SUA ORIENTAÇÃO SEXUAL	
Ronaldo de Almeida Barretos	
Henrique Giacomini	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.55721061218">https://doi.org/10.22533/at.ed.55721061218</a>	
<b>CAPÍTULO 19.....</b>	<b>218</b>
TRANSNACIONALIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS HAITIANAS: NARRATIVAS DA SAGA DE	

MIGRANTES HAITIANAS PARA REAVER A CONVIVÊNCIA FAMILIAR COM O(A)(S)  
FILHO(A)(S)

Fernanda Ely Borba  
Teresa Kleba Lisboa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.55721061219>

**CAPÍTULO 20..... 226**

VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: QUEM CALA NEM SEMPRE CONSENTE

Elaine da Silva  
Letícia Thomasi Jahnke

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.55721061220>

**CAPÍTULO 21..... 244**

O SUPERENDIVIDAMENTO E O DIREITO À (DES)INFORMAÇÃO - UMA ANÁLISE DO  
PARCELAMENTO AUTOMÁTICO DO CARTÃO DE CRÉDITO FRENTE AO CDC

Louíse de Oliveira Chaves  
José Carlos Melo de Miranda

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.55721061221>

**CAPÍTULO 22..... 253**

O TELETRABALHO E O DIREITO À DESCONEXÃO NO BRASIL

Aymina Nathana Brandão Madeiro Scala  
Letícia Roberta Medeiros Pirangy de Souza  
Maria Amália Oliveira de Arruda Camara  
Oton de Albuquerque Vasconcelos Filho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.55721061222>

**CAPÍTULO 23..... 264**

DESCARTES, A HERMENÊUTICA DA CONSTITUIÇÃO-CIDADÃ E O “GÊNIO MALIGNO”:  
O QUE FIZERAM COM A VÍTIMA?

Rodrigo Otávio Lamêgo Vasconcelos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.55721061223>

**CAPÍTULO 24..... 272**

A FILOSOFIA DO DIREITO NA CONFIGURAÇÃO DE UM NOVO CAMPO JURÍDICO:  
UMA PROPOSTA DE UMA PEDAGOGIA A PARTIR DO PROCEDIMENTALISMO DA  
CONTRATAÇÃO NATURAL

Wilberto Teherán  
Adriana Patricia Arboleda López

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.55721061224>

**CAPÍTULO 25..... 298**

LA IMPORTANCIA DE LA EDUCACIÓN JURÍDICA AMBIENTAL EN LA FORMACIÓN DEL  
LICENCIADO EN DERECHO

Sergio Gilberto Capito Mata  
Luis Alberto Bautista Arciniega

Marina Gisela Hernández García

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.55721061225>

<b>SOBRE O ORGANIZADOR.....</b>	<b>307</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO.....</b>	<b>308</b>

# CAPÍTULO 16

## REDES, COLETIVOS E TECNOLOGIAS DE MONITORAMENTO: NOVAS DINÂMICAS DO COLETIVO E NOVAS FORMAS DE CONTROLE NA ERA DAS REDES

Data de aceite: 26/11/2021

**Adriana Pessôa da Cunha**

UERJ

Rio de Janeiro, Rio de Janeiro - Brasil

ID Lattes: 3138707363305034

**RESUMO:** A proposta do trabalho é discutir o tema das redes, TICs e tecnologias de monitoramento como campos de ação entre tecnologia e sociedade. As hipóteses que são tratadas discutem a possibilidade de construção de narrativas e ativação de modos de inserção e engendramento culturais, políticos e sociais por meio das TICs, sobretudo redes, disseminados por uma dinâmica de novos atores. Também é colocado em questão os riscos e as faces obscuras da comunicação e da liberdade, também coletivizada nas redes, pondo em funcionamento modos de captura e medo. Através de tecnologias de monitoramento são ativados, a todo tempo e instante, disputas por espaços para expandir fobias e estados emocionais dos mais diferentes matizes, porém, transvestidas, ora como formas de liberdade ora como formas de vigilância. O contraponto seria a possibilidade através das redes de desvios, resistências e rupturas já que trazem outro tipo de fala e de inserção social, nos dando pistas de um novo protagonismo social e uma nova dinâmica do coletivo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Novas dinâmicas do coletivo, controle, sociedade, tecnologias, redes.

### NETWORKS, COLLECTIVES AND MONITORING TECHNOLOGIES: NEW COLLECTIVE DYNAMICS AND NEW FORMS OF CONTROL IN THE NETWORK ERA

**ABSTRACT:** We address the theme of ICTs and Monitoring Technologies as Fields of Action between Technology and Society. We discuss the hypothesis of using ICTs to enable the constructing of narratives and integration modes, as well as cultural, political and social engendering. We focus on networks, disseminated through a dynamics of new actors and new discourses. We tackle the risks and the dark sides of communication and freedom collectivized in networks, setting off capture and fear modes. Monitoring technologies activate at any time the struggle for spaces, expanding diverse shades of phobias and emotional states, although upset either as forms of freedom or surveillance. The counterpoint to this would be the possibility of finding new social leading roles and collective dynamics, through networks of deviation, resistance and breakdowns, which in turn bring other kinds of talk and social integration.

**KEYWORDS:** New collective dynamics, control, society, technology, Networks.

Página vazia, melodia

Onde é que a palavra vai cair?

Onde vai cair?

Acho que ela vai aterrissar em território perigoso

De onde a ideia vai sair? Por onde vai andar?

Onde o pensamento vai chegar?

Acho que ele pode atravessar um território perigoso

("Sou Volúvel", Arnaldo Antunes)

A emergência das redes e das redes sociais parece indicar um conceito de coletivo cuja dinâmica libertária e comunitária traz à tona um paradigma novo de inserção social e de novas narrativas de engajamento, como também reflete conflitos sobre a manipulação dessas “liberdades” disputadas tanto no plano virtual quanto no mundo real. Essas fábricas de tecnologia que monitoram conversas, gestos, conteúdos, símbolos e prazeres traz à tona a discussão de como os indivíduos e esses coletivos que estão sendo produzidos são ativados e insuflados numa lógica que faz bifurcar novos modos de existência e uma concepção de coletivo ressignificadas. Novas formas de controle e medo também são insufladas através do monitoramento e da captura produzida em redes de relacionamento, no tempo de trabalho imaterial e nos espaços, tanto físicos como virtuais.

Essa mercantilização da vida supervaloriza identidades egóicas, construídas em torno de “perfis” e em formas de identidade autocentradas. Nessa mercantilização da vida virtual são oferecidas a todo tempo uma atmosfera dicotômica, ora como sentido de unidade com base na noção de indivíduo com sua história cotidiana e suas dores individuais, ora como sentido de totalidade, com base também na noção de indivíduo, só que coletivizado nas redes sociais. Esse mecanismo global de interação em que vivemos nos dias atuais vêm produzindo o desmonte de processos identitários, fragmentando e tornando “flexível” não somente o capital e os mercados mais fragmentando o indivíduo, tornando-o líquido, flexibilizando tudo ao seu redor, até as emoções. A busca por novas identidades como fonte de significado social através das redes de sociabilidade, aliadas ao sentimento de falta de representação e crise de legitimidade política, trouxe uma crise estrutural aos padrões de identidade existentes, gerando em si mesmo contradições, ora baseado na construção de um novo ser coletivo ora baseado no individualismo em rede.

Numa sociedade caracterizada por globalização e fragmentação social a revolução dessas tecnologias da informação imprimiu papel decisivo na percepção de novas identidades, pondo em questão a própria noção de Estado-nação e de democracia participativa, em ondas poderosas de manifestação e busca por correspondentes de identidades tanto a nível coletivo como individual. A busca de novas identidades no contexto da globalização produz não somente a busca por novas conectividades de sentido proposta por novos arranjos, mas também gera novas formas de demandas sociais, políticas e culturais, em expressões de contra-ordens e resistências.

Zygmunt Bauman (1999) em um dos seus trabalhos sobre globalização chamou a atenção para os impasses advindos da globalização nos quais os indivíduos estão sempre em movimento e se sentem confrontados entre os limites tênues do confinamento e da mobilidade e liberdade.

A globalização tanto divide quanto une; divide enquanto une - (...). Ser local num mundo globalizado é sinal de privação e degradação social. Os desconfortos da existência localizada compõem-se do fato de que, com os espaços públicos removidos para além do alcance da vida localizada, as localidades estão perdendo a capacidade de gerar e negociar sentidos e se

tornam cada vez mais dependentes de ações que dão e interpretam sentidos, ações que elas não controlam (BAUMAN, p.8, 1999).

A dinâmica das identidades sociais nesse contexto global remete a um padrão de sociabilidade baseado no individualismo mediado por tecnologias de informação integradas em redes, numa nova noção de espaço e de tempo, remodelando conceitos identitários e noções tradicionais de sociabilidade como casa, família, cidadania, nação, instituição, ficando cada vez mais raras as antigas formas de interação social no seio de espaços padronizados.

Nesse paradoxo entre Rede e Ser os percursos dissociantes da globalização produzem uma ordem social pautada por uma espetacular liberdade de movimento acompanhada pela acentuação de diferenças e disputas identitárias nas quais os indivíduos buscam desesperadamente uns “nós”. Buscando livrar-se da variação permanente estabelecem-se em lugares territorialmente seguros e tranquilos como forma de proteção de suas “jurisdições” existenciais. Nesse contexto, a política do medo e do controle vai se engendrando na vida das pessoas e encontra terreno sólido para se intensificar e se multiplicar em novas técnicas de disciplinamento de corpos.

No universo de identidades mediadas por sistemas de comunicação em rede e em espaços que se interpenetram a cada instante a própria cultura e nossos sistemas de crenças historicamente construídos acabam sendo intermediados pela difusão dessa lógica da cultura da mobilidade, e em formas de comunicação cada vez mais multimidiáticas. A oposição entre o tempo da comunicação “real”, gerado pela mobilidade das redes, e o tempo do espaço “ocasional” faz com que as localidades percam sua noção de significado coletivo e sua capacidade de produzir sentido como forma de pertencimento social.

Nessa corrida, entramos num fluxo de vida em que a alta mobilidade e a livre circulação do capital são marcadas também pela ideia da instantaneidade do consumo. Nessa onda somos lançados ao consumismo não somente de objetos: consumimos emoções, amor, conhecimentos e sensações instantâneas, logo descartadas, adquirindo-se em sequência micro-desejos e micro aventuras passageiras que dê prazer. A flexibilização altera até a forma de amar. Sem demora, essas emoções são descartadas na busca por novas aquisições instantâneas e descartáveis. A simples ideia de novas emoções à disposição no mercado a varejo da vitrine virtual poderia nos dar a sensação de que estamos em constante movimento e que podemos consumir.

Paula Sibília (2012) identifica em um dos seus trabalhos a égide da performance individual que impregna corpos e subjetividades construídos em torno de verdadeiros moldes empresariais e a partir da exaltação de certas habilidades proativas, como o culto do “bom gerenciamento de si mesmo”. Assinalando as transformações desse processo, Sibília descreve que essa corrida é constantemente acelerada e instigada por uma aliança tácita entre três vetores fundamentais da contemporaneidade: meios de comunicação, tecnociências e mercado.

Assim, numa sociedade fortemente midiaticizada, fascinada pela incitação à visibilidade e instada a adotar com rapidez os mais surpreendentes avanços tecnocientíficos, em meio aos vertiginosos processos de globalização de todos os mercados, entra em colapso a subjetividade interiorizada que habitava o espírito do “homem-máquina”, isto é, aquele modo de ser trabalhosamente configurado nas salas de aula e nos lares durante os dois séculos anteriores. Aos poucos, ainda que numa velocidade que pode impedir a compreensão dos sentidos dos processos, ao lhes escamotear a densidade da experiência, desmorona-se toda a arquitetura psicofísica que sustentava aquele protagonista dos velhos tempos modernos. Saem de cena, assim, um tipo de corpo e um modelo de subjetividade cujo cenário privilegiado transcorria em fábricas e colégios, e cujo instrumental mais valorizado era a palavra impressa em letras e fôrma (SIBILIA, p. 49, 2012)

Essa codificação de si incorpora a supervalorização de imagens e falas revelando um indivíduo já não mais confinado em “filas” ou “lugares”, mas esquadrihado por máquinas expositivas e pela comunicação dos muitos. Sua história particular e suas dores se misturam numa espécie duplicada, coletivizada na rede com sua história grupal, com seu “público”, seus “fãs”, suas “comunidades” e suas “curtidas” em páginas virtuais, configurando um tipo de poder, não pelo que lhes escapa mas pelo que lhes complementa. Em suma: você vira uma marca, uma espécie de “Você S.A”. Essas narrativas se digladiam o tempo todo e em todo instante com as várias instâncias do “eu” que vão sendo aos poucos produzidas e reveladas. Ora coletivizado, ora individualizado esse indivíduo não dá conta de si; nessa narrativa do seu “eu” é posto em funcionamento a unidade e a totalidade como qualidades próprias da pessoa e como sendo a única forma de existência possível.

Paula Sibilia (2012) destaca essas características de modelagens corporais e subjetivas contrapondo às subjetividades efetuadas na privacidade do seio do lar ou em instituições de confinamento, como pátios e salas de aula.

(...) são outros os corpos e as subjetividades que se tornaram necessários. Por isso, agora e em toda parte, não surpreende que reverberem outros tipos de sujeitos: novos modos de ser e estar no mundo que emergem e se desenvolvem respondendo às exigências da contemporaneidade, ao mesmo tempo que contribuem para gerar e reforçar tais características (SIBILIA, p. 47, 2012).

Essas formas dicotômicas de pensar e sentir cada vez mais frequente em nosso cotidiano faz nascer uma concepção de indivíduo centrado em si mesmo que não dá conta de si, ora porque se coletivizou demais nas redes sociais ora porque, na intimidade de suas várias instâncias de “eus”, se veem solitários e perdidos em um emaranhado de enunciados, afetos, gestos e gostos.

Assim, a narrativa própria das redes e das tecnologias de monitoramento faz com que o indivíduo se veja presente em extremos ora de grupo-espaco ora de individualização-territorialização como produção de fobias, desencadeadores de controle, e apontando para

o caminho da insegurança, do isolamento e da incerteza. Com uma ordem social constituída em mobilidade e fluidez crescentes os indivíduos buscam desesperadamente se ancorar em territórios existenciais que lhes dê segurança, com apego às identidades como defesa de seu habitat individual, confrontados entre muros e redes; globalização e divisão. Diante do temor e da inquietação permanentes, dispositivos de controle são acionados e se traduzem em elementos que visam instaurar a política do medo com base no discurso de “mais ordem”, “mais leis”, “mais penas”, “mais confinamentos”; problematizando e gerando todo um tipo de “saber” insuflado de verdade. Um tipo de “saber” sobre os doentes, um “saber” sobre os alunos, um “saber” sobre os criminosos, um “saber” sobre as minorias. A esse tipo de poder articulam-se e são promovidas “ações sociais” de “resgate da cidadania”, de “inclusão das minorias”, cujas práticas se voltam para a população como foco de atenção, ativando e pondo a vida na lógica do “mais” insuflando-a e situando-a como instrumentalidade para produção de regimes de controle e vigilância que se intensificam e se multiplicam.

## **NOVAS FORMAS DE DISCIPLINA E CONTROLE: AS TORNOZELEIRAS ELETRÔNICAS CHEGARAM!**

Em um dos estudos de Foucault (2010) são oferecidas análises sobre uma nova mecânica de dispositivos de poder, uma nova tecnologia de poder não mais disciplinar porque elevada em outro nível de acontecimento e amparada por técnicas não mais dirigidas aos corpos individuais, mas dirigida à multiplicidade dos homens, a população, a vida.

Mais precisamente, eu diria isto: a disciplina tenta reger a multiplicidade dos homens na medida em que essa multiplicidade pode e deve redundar em corpos individuais que devem ser vigiados, treinados, utilizados, eventualmente punidos. E, depois, a nova tecnologia que se instala se dirige à multiplicidade dos homens, não na medida em que eles se resumem em corpos, mas na medida em que ela forma, ao contrário, uma massa global, afetada por processos de conjunto que são próprios da vida, que são processos como o nascimento, a morte, a produção, a doença, etc. Logo, depois de uma primeira tomada de poder sobre o corpo que se fez consoante o modo de individualização, temos uma segunda tomada de poder que, por sua vez, não é individualizante mas que é massificante, se vocês quiserem, que se faz em direção não do homem-corpo, mas do homem-espécie (FOUCAULT, p.204, 2010).

A essa tecnologia de poder integrou-se todo modelo da técnica disciplinar só que em outro nível e em outra escala, não essencialmente centrada no corpo individual e na sua distribuição no espaço, em seu alinhamento em “lugares” ou “fileiras”, mas essa nova tecnologia dirige-se à vida, insuflando-a, intensificando-a, gerando objetos de saber concebidos no nível da massa e mediante mecanismos globais de regularidade. A essa nova técnica conjugou-se toda a prévia disciplinar, que não se negam mais, ao contrário, se

conectam em novo campo de intervenção e criação de saberes. Essa nova tecnologia do poder se instala em uma série de fenômenos, intervenções e saberes. Um tipo de saber de olhar por vigia, de vigilância extensa e todo um conjunto de fenômenos que lidam com um novo corpo, não essencialmente individual, um corpo com “inúmeras cabeças” na medida em que tomam forma de conjunto e que possam ser controlados.

Essa nova tecnologia do poder que funcionaria como mecanismo regulamentador sobre a vida, administrando-a de forma a prolongá-la, Foucault denominou de biopoder.

Neste contexto, a vida assim tornada amplificada tem por correlato um plus de vida articulado a um plus de controle. A proliferação de micro-medos e a sensação de insegurança permanente advém da própria “expansão” da vida onde a eliminação e controle dos perigos, dos desvios, dos eventos fortuitos e do acaso tornariam a vida mais tranquila e sob controle.

As descobertas da microbiologia, o mapeamento do código genético, a produção de vírus para as guerras bacteriológicas, os avanços da informática, as descobertas da medicina que permitem o prolongamento da vida são processos que permitem vislumbrar intervenções concretas na vida e também dispositivos sutis de controle. Essas intervenções que se pulverizam e têm como promessa, em algumas situações, o prolongamento da vida, tratam também da sua administração e controle, um controle que não mais se atém à vigilância e punição, mas que busca eliminar possíveis desvios futuros (HECKERT, p. 41, 2001).

A utilização de tornozeleiras eletrônicas é um exemplo bem atual dessa tecnologia do poder e foi amplamente divulgada recentemente na mídia por conta da sua utilização em dois ativistas políticos, presos em decorrência da morte de um cinegrafista atingido por bomba durante manifestação ocorrida contra o aumento da tarifa de ônibus no Rio de Janeiro em 2014. Os dois ativistas passariam a ser rastreados pelas tornozeleiras, mas a falta do equipamento por falta de pagamento a fornecedores atrasou a libertação dos presos e criou uma onda propagandística na população, insuflando discursos da lógica do “mais”: “chegam tornozeleiras para acusados”<sup>1</sup>; “ativistas não vão ser monitorados”<sup>2</sup>; “que justiça é essa?”<sup>3</sup> ou “monitoramento tem mostrado falhas”<sup>4</sup>. Esses dispositivos de controle se atualizam em novos dispositivos, multiplicam-se em novas tecnologias, na medida em que a ideia de liberdade vai insuflando de verdade a ideia do medo. As tornozeleiras eletrônicas seriam como uma espécie de brinde para a população contra as ameaças externas, introduzindo a temática do “mais” controle e “mais” segurança a fim de retirar os perigos que põem em risco a paz da população, tornando a vida mais sadia, mais equilibrada e mais limpa numa

1 <http://noticias.band.uol.com.br/cidades/noticia/100000742446/-caso-santiago-chegam-tornozeleiras-eletronicas-para-acusados.html>

2 <http://www.ofluminense.com.br/editorias/policia/ativistas-nao-vaio-ser-monitorados>

3 <http://noticias.band.uol.com.br/brasilurgente/rio/video/2015/03/19/15413072/que-justica-e-essa-acusados-de-matar-santiago-podem-ganhar-liberdade.html>

4 <http://oglobo.globo.com/rio/caso-santiago-andrade-acusados-deverao-ser-soltos-nesta-sexta-feira-sem-tornozeleiras-15638443>

espécie de higienização social.

Essas tecnologias de monitoramento representada pelas tornozeleiras eletrônicas retratam o que Gilles Deleuze chamou de sociedade de controle:

É certo que entramos em sociedades de “controle”, que já não são exatamente disciplinares. Foucault é com frequência considerado como o pensador das sociedades de disciplina, e de sua técnica principal, o confinamento (não só o hospital e a prisão, mas a escola, a fábrica, a caserna). Porém, de fato, ele é um dos primeiros a dizer que as sociedades disciplinares são aquilo que estamos deixando para trás, o que já não somos. Estamos entrando nas sociedades de controle que funcionam não mais por confinamento, mas por controle contínuo e comunicação instantânea (DELEUZE, p. 215, 1992).

Silvana Tótora (2006) oferece a análise de que no capitalismo pós-industrial os próprios homens são peças constitutivas da máquina e não meros usuários. Como aponta a autora, na sociedade de controle o poder do agenciamento coletivo configura um modo muito particular onde os corpos são controlados de forma incessantes em meio aberto, superando em muito as formas mais duras de confinamento. Na sociedade de controle, as subjetividades que privilegiam os corpos disciplinados são preteridas por formas de subjetividades que destacam a versatilidade criativa, a inteligência e as habilidades de comunicação. Neste sentido, os controles são modulações, autodeformantes e voláteis, instaurando emulações que contrapõem os indivíduos e os atravessam, dividindo-os em si mesmos (TÓTORA, p. 239, 2006).

Estaríamos diante de novas formas eficazes de disciplinamento de corpos? Corpos que se manipulam, se modelam e se tornam hábil sob uma forma midiática de mercantilização da vida, dos afetos, gostos, gestos, conhecimentos e querereres? Através de discursos que vão tomando corpo na vida das pessoas, insuflando-as de liberdade, incitando medo e dúvida são postos a atuar falas em fluxos de dispositivos de controle como “segurança e confiabilidade da informação”, “ambiente seguro”, “sorria: você está sendo filmado”, “com apenas um toque”, mantenha-me conectado”. Nessa concepção de realidade é posto a atuar uma narrativa de intervenção concreta na vida das pessoas, produtora de insegurança e isolamento, transvestida como formas de liberdade e segurança.

## **O CONTRAPONTO: O DISCURSO LIVRE NAS REDES E FORMAS DE ATIVISMO POLÍTICO**

O contraponto aos novos dispositivos seria a possibilidade de desvios e rupturas irradiada pelas redes, que trazem outro tipo de narrativa e de novas relações de trocas e de valores em novos contextos do “ter”. Nesse aspecto, se entrelaçam fatos, ideias, acontecimentos, intervenções e possibilidades de criação em outra ordem de significado e de relação com o tempo. Desdobramento dessa relação se dá, por exemplo, na perda do domínio da informação e das imagens pelas grandes indústrias de comunicação. O alcance das narrativas em rede se dá em outros paradigmas de relação com o tempo,

com o espaço, com o “eu” e com o outro onde a desmaterialização e a desterritorialização das falas produzidas hegemonicamente pelo “segundo caderno” e por indústrias de fazer notícia são agenciadas por outras narrativas e por regimes discursivos próprios de uma dinâmica libertária e cooperativa.

A rápida capacidade de se comunicar mediada por tecnologias de comunicação sem fio, smartphones, aparelhos multimidiáticos que integram telefonia, internet, televisão, câmeras de alta resolução, gravadores de áudio e geolocalização, redes de computadores, redes sociais, perfis individuais, blogs, fotoblogs, seja na forma escrita, pictórica ou visual, acarreta a possibilidade de uma penetração comunicacional e uma conectividade em nível global que transforma a comunicação em todas as suas faces.

A informação *in natura* produzida nas redes, disponibilizada de forma desinteressada, ao vivo e a cores, imprime outro referencial de relação com o outro, com o tempo, com o espaço e com o coletivo inaugurando verdadeiros campos de intervenção e de ação, colocando em movimento e em ação novas formas de sociabilidade e novos arranjos sociais, transformando o existente e dialogando em outra lógica de relação. Dessa forma, essas redes coletivas têm se irradiado progressivamente fazendo emergir novas formas de singularização e engajamento social e político, bem como se impondo como poderosa máquina de criação de novos regimes discursivos revelando-se em verdadeiras redes de produção de sentido e significado.

Um exemplo, bem atual, é o que aconteceu nos movimentos sociais em junho de 2013, no Brasil, no qual através das redes sociais, movimentos como “das redes às ruas”, “saímos do Facebook” e “nós somos a rede social”, provocou uma verdadeira onda de protestos com intensa participação nas redes. O aumento de 20 centavos no transporte público no Rio de Janeiro deflagrou em manifestações e protestos como forma de expressão da sociedade. Essa linguagem criou uma forma integrada de narrativas entre local e global e interroga as formas de funcionamento de instituições e as formas clássicas de produção de linguagens, imagens, sonoridades e acontecimentos. Com isso, a informação não monopolizada e exclusivista circula livre, múltipla, exógena, transversal e cooperativa, instituindo novas formas de uso e indicando a emergência de um novo perfil de indivíduo social e de novas formas de cidadania.

Fábio Malini e Henrique Antoun (2013) analisam os contextos do midialivrisimo e dos *hackers* de narrativas que fazem a informação vazar em distintas comunidades virtuais ao mesmo tempo em que a ideologia da propriedade intelectual e dos direitos autorais concebe a ideia da “liberdade regulada” por leis de direito autoral e pela indústria do licenciamento.

Já o midialivrisimo ciberativistas reúne experiências singulares de construção de dispositivos digitais, tecnologias e processos compartilhados de comunicação, a partir de um processo de colaboração social em rede e de tecnologias informáticas, cujo principal resultado é a produção de um mundo sem intermediários da cultura, baseada na produção livre e incessante do comum, sem quaisquer níveis de hierarquia que reproduza

exclusivamente a dinâmica de comunicação um-todos (MALINI; ANTOUN, p. 21, 2013)

Assim, esses movimentos sofrem mecanismos de controle e disputa a fim de eliminar as ondas de escape que são promovidas no interior dessas redes autônomas, com o monitoramento de conversas ocorridas nas redes. Como exemplo pode ser citado a prisão de ativistas pela polícia dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro por ocasião das manifestações. Através de prisões e inquéritos civis foram acionados diversos discursos de medo pondo em circulação um biopoder como forma de reduzir os escapes que iam se dando nas ruas. A notícia de que foram utilizadas trocas de informações pelas redes sociais entre os ativistas ou entre pessoas que queriam somente protestar fez surgir um amplo monitoramento e uma incessante vigilância, não somente entre os ativistas, mas gerando um verdadeiro comando de ação coletiva e de controle contínuo em torno da população, insuflando-a sobre os perigos que essas pessoas representam para a sociedade.

Os atos contra a Copa do Mundo programados pelas redes sociais no Rio também foram alvos de investigação pela polícia sendo conduzido pela delegacia de repressão a crimes de informática (DRCI). O inquérito também acusou o Instituto de Defensores de Direitos Humanos (IDDH) de “questionar a ordem vigente distribuindo o terror”. Em torno dos manifestantes foi criada uma identidade agressiva representando perigo à população. Foi sendo construído um diálogo e uma verdade que toma corpo, sendo insuflado por uma audiência propagandística onde a eliminação dessas figuras indesejáveis tornaria a vida mais saudável e tranquila. Através do decreto do Estado do Rio de Janeiro nº 44.302 de 19/07/2013 foi criada a Comissão Especial de Investigação de Atos de Vandalismo em Manifestações Públicas (CEIV) a quem concedeu poder de investigação e “autoriza” o grupo a requisitar informações pessoais dos acusados a operadoras de telefonia e provedores de internet, devendo os pedidos de informação da Comissão Especial serem atendidos no prazo máximo de 24 horas. A prisão de vários manifestantes acusados de incitação à violência pelas redes sociais, formação de quadrilha e até prática criminosa constituem verdadeiros alvos de um biopoder numa tentativa de escamotear o processo de mobilização dos militantes e da prática do ativismo em rede e das lutas sociais como um todo.

Foi divulgado que a delegacia de repressão a crimes de informática (DRCI) autuou em flagrante diversos manifestantes a partir da análise de imagens das manifestações e do monitoramento da internet. Um dos indiciados por publicação de material considerado “incitação à violência” foi o administrador de uma rede social chamada Anonymous. A polícia começou a rastrear continuamente a presença de grupos nas redes sociais gerando “provas”, fabricando “dados” e produzindo “verdades” em torno desses ativistas políticos. Depois de constatar que através do Facebook e em outras mídias sociais havia a organização dos protestos, dia e horário das manifestações, agendamento e troca de informações e de vídeos entre os ativistas foi sendo gerado material suficiente para ser considerado “prova” e caracterizar legalmente uma “quadrilha”. Ou seja, foi

sendo construído em torno dessas pessoas e desses discursos um misto de salvação e demonização cuja forma muito particular de dominação e de produção de verdade geram processos que constituem verdadeiros mecanismos de poder, implantando uma série de fenômenos geradores de incapacidades que, ao encadear-se entre si, encontram outros apoios e outros alvos como formas compensadoras de efeitos. “(...) de pôr indivíduos fora de circuito, de neutralização, etc.” (FOUCAULT, 2010).

Essas pessoas que estão na rede trocando e cooperando com postagens na prática do ativismo e na militância política, no engajamento colaborativo em rede, parece indicar um apelo à construção de outras narrativas e outros coletivos numa nova forma de protagonismo social que faz bifurcar novos modos de existência e novos valores de cidadania e de vias alternativas às formas hegemônicas de pensar e agir. Esses espaços em rede podem e possuem referencial e potência para criar alianças como possibilidade de invenção coletiva, interrogando práticas instituídas, práticas comunitárias e locais, práticas governamentais, práticas políticas, fazendo emergir novas perguntas e, por que não, novos modos de troca e outros campos de ação. Novos contextos do “ter” repercutem em novos atores sociais, em uma nova dinâmica do coletivo.

Tais movimentos nos parecem indicar uma nova forma de protagonismo social que propicia novas cidadanias, novas formas de relacionamento e de pensar, novas formas de uso e, também, em novas formas de controle.

Por via desses dispositivos de controle que são acionados se inaugura outros espaços de ação, presentes nas próprias relações de poder, às quais Foucault (1999) chamou de resistências, distribuídas de modo irregular. Elas não podem existir senão em função de uma multiplicidade de pontos de resistência que representam, nas relações de poder, o papel de adversário, de alvo, de apoio, de saliência que permite a apreensão. Esses pontos de resistência estão presentes em toda a rede de poder. Portanto, não existe, com respeito ao poder, um lugar da grande Recusa – alma da revolta, foco de todas as rebeliões, lei pura do revolucionário. Mas sim resistências, no plural, que são casos únicos: possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis, prontas ao compromisso, interessadas ou fadadas ao sacrifício; por definição, não podem existir a não se no campo estratégico das relações de poder (FOUCAULT, p. 91, 1999).

Dessa forma, caberia trazer à tona o questionamento: há no justo interior desse campo de correlações de forças, movimentos de fugas e de escapes que indagam o existente e o cenário político e social, de modo a trazer outros modos de organização e outros modos de troca, valores e funcionamento, em novos contextos do “ter”? No mesmo sentido, não se acham presentes novas formas de controle acionadas por meio de novas tecnologias do poder dirigidas a vida, ao aleatório, ao corpo seriado por modulações contínuas, ao múltiplo de si mesmo, uma espécie de nulo?

## REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. Globalização. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

DELEUZE, G. Conversações. Rio de Janeiro: 34, 1992.

FOUCAULT, M. História da sexualidade: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1985.  
\_\_\_\_\_. Em defesa da sociedade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

HECKERT, A.L. A globalização e os novos mecanismos de controle. In: Revista Contexto & Educação UNIJUI, RS, v. 16, n. 62, p. 31-50, 2001.

MALINI, F.; ANTOUN, H. A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais. Porto Alegre: Sulina, 2013.

SIBILIA, P. Redes ou paredes: a escola em tempos de dispersão. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

TÓTORA, S. Democracia e sociedade de controle. In: Revista VERVE, SP, n.10, p. 237-261, 2006.

## ÍNDICE REMISSIVO

### C

Corrupção 21, 22, 23, 26, 145, 146

Criminologia 47, 87, 199

*Cyberbullying* 167, 168, 169, 170, 171, 172

### D

Depositário infiel 64, 65, 66, 67, 71, 72

Direito 1, 2, 3, 4, 5, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 23, 25, 27, 30, 31, 33, 34, 36, 37, 38, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 51, 64, 66, 68, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 86, 87, 88, 97, 98, 99, 101, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 121, 122, 133, 134, 135, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 167, 168, 169, 172, 180, 184, 185, 186, 187, 188, 190, 191, 194, 197, 198, 199, 200, 204, 206, 207, 209, 214, 215, 216, 217, 226, 228, 230, 236, 237, 238, 240, 242, 244, 248, 249, 251, 252, 253, 254, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 269, 270, 271, 272, 273, 307

Direito ao esquecimento 107, 108, 109, 110, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118

Direito constitucional 17, 30, 31, 86, 87, 88, 105, 106, 118, 133, 134, 137, 143, 167, 214, 217, 264, 265, 266, 270, 307

Direito penal 15, 16, 34, 37, 40, 45, 46, 47, 72, 73, 86, 199, 215, 216, 217

### E

Educação 3, 14, 37, 75, 76, 77, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 99, 170, 171, 183, 216, 221, 236, 246, 257, 261, 262, 307

Educação em ambiente carcerário 75, 76, 77, 82, 85

Estado de exceção 139, 160

Execução de sentença estrangeira 1, 2, 3, 4, 8, 9, 11, 12

Execução penal 6, 7, 13, 15, 16, 32, 39, 40, 41, 43, 75, 76, 77, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86

Execução provisória 17, 18, 19, 20, 21, 23, 25, 26

### F

Feminino 53, 199, 200, 201, 202, 203, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215

Filosofia do direito 272

### G

Gênero 3, 52, 53, 63, 97, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 220, 221, 223, 224, 225, 241, 242, 243, 256

## I

Independência dos poderes 119

## J

Justiça restaurativa 38, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 63, 171, 172

## L

*Lockdown* 135, 136, 137, 138, 141, 142, 143, 256

## M

Marcas cronotópicas 88, 89, 90, 97, 103, 104

Mediação penitenciária 31, 32, 33, 35, 39

México 145, 146, 147, 148, 149, 152, 154, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 225, 298, 299, 300, 302, 304, 305, 306

Migrantes 218, 219, 221, 222, 223, 224, 225

## O

Orçamento 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 128, 130, 131, 133, 134

## P

Política 3, 18, 23, 24, 32, 33, 37, 38, 47, 78, 80, 87, 90, 96, 100, 120, 126, 127, 132, 146, 148, 149, 150, 151, 152, 158, 159, 161, 165, 167, 174, 175, 177, 182, 189, 225, 272, 274, 275, 278, 279, 282, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 299, 300, 301, 302, 306

## S

Sociedade 15, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 44, 51, 52, 53, 57, 60, 62, 69, 70, 71, 72, 78, 79, 80, 81, 82, 93, 100, 101, 102, 103, 104, 109, 110, 113, 114, 115, 130, 131, 136, 140, 142, 167, 168, 169, 171, 173, 174, 176, 179, 180, 181, 183, 185, 187, 188, 189, 190, 193, 194, 195, 196, 200, 205, 207, 208, 210, 211, 225, 227, 228, 229, 239, 240, 244, 245, 246, 248, 250, 252, 253, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 266, 268, 272

Superendividamento 244, 246, 247, 250, 251, 252

## T

Tecnologia 168, 173, 174, 177, 178, 184, 185, 186, 187, 188, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 233, 254, 255, 256, 257, 259, 260, 261, 262

Teletrabalho 253, 254, 256, 257, 258, 259, 261, 262

## V

Violência 32, 38, 40, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 168, 170, 172, 181, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 219, 221, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238,

239, 240, 241, 242, 243, 269

Violência obstétrica 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239,  
240, 242, 243

Vulneráveis 208, 226, 235, 248

DIREITO,  
POLÍTICA e  
SOCIEDADE

 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

 [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

 @atenaeditora

 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

DIREITO,  
POLÍTICA e  
SOCIEDADE

 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

 [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)

 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)